

Cenários para a dívida bruta⁴⁸

Cenários para a dívida pública

De acordo com informações do Banco Central e do IBGE, compiladas pela IFI, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) alcançou 80,1% do PIB em abril⁴⁹, aumento de 0,3 p.p. do PIB na comparação mensal. No acumulado de 2026 até abril, a DBGG subiu 1,5 p.p. do PIB. No confronto com abril de 2025, houve aumento de 4,5 p.p. do PIB no indicador.

Quanto aos fatores condicionantes da DBGG, o efeito do incremento do PIB sobre a dívida foi negativo em 5,2 p.p. no acumulado de 12 meses até abril de 2026, segundo o Banco Central. Isso quer dizer que a evolução do PIB retirou 5,2 p.p. da razão DBGG/PIB. Em sentido contrário, os fatores condicionantes exerceram um efeito positivo de 9,7 p.p. do PIB, sendo 9,2 p.p. oriundos da despesa de juros. As emissões líquidas da dívida bruta acrescentaram 0,9 p.p. na relação DBGG/PIB nos 12 meses encerrados em abril.

À luz das projeções apresentadas neste RAF, a contribuição do PIB nominal para conter a relação dívida/PIB deverá diminuir gradualmente até 2029. Esse movimento reflete, em particular, a desaceleração projetada para o deflator implícito do PIB, cuja variação deverá passar de 5,2%, em 2026, para 4,5%, em 2027, e 4,0% em 2028. De acordo com as projeções do cenário de médio prazo da IFI, o deflator converge para variação média anual de 3,5% a partir de 2029. Ao mesmo tempo, os prováveis déficits primários do setor público nos próximos anos e os juros reais relativamente elevados manterão o endividamento bruto, em proporção do PIB, em trajetória de elevação.

Os cenários traçados pela IFI para a evolução da dívida bruta nos próximos anos consideram o Regime Fiscal Sustentável, disciplinado na Lei Complementar nº 200, de 2023. As simulações realizadas indicam que, mesmo com a vigência da nova regra fiscal, que limita o crescimento das despesas primárias do governo central a percentuais de variação da receita líquida, a estabilização da dívida pública só seria alcançada com o aumento continuado das receitas. Some-se a isso o crescimento de diversas despesas primárias obrigatórias que, diante da vulnerabilidade das medidas de contenção de gastos, torna o cumprimento das metas de resultado primário do governo central mais desafiador.

Em síntese, embora os parâmetros macroeconômicos e fiscais revisados produzam alguma melhora na trajetória projetada da dívida, o diagnóstico permanece adverso. O crescimento nominal do PIB ainda contribui para conter a razão DBGG/PIB, mas esse efeito tende a perder força com a desaceleração esperada do deflator. Ao mesmo tempo, déficits primários persistentes, juros reais elevados e pressões sobre as despesas obrigatórias

⁴⁸ Acesse o relatório completo em: <https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-1/relatorio/2026/junho/relatorio-de-acompanhamento-fiscal-jun-2026>.

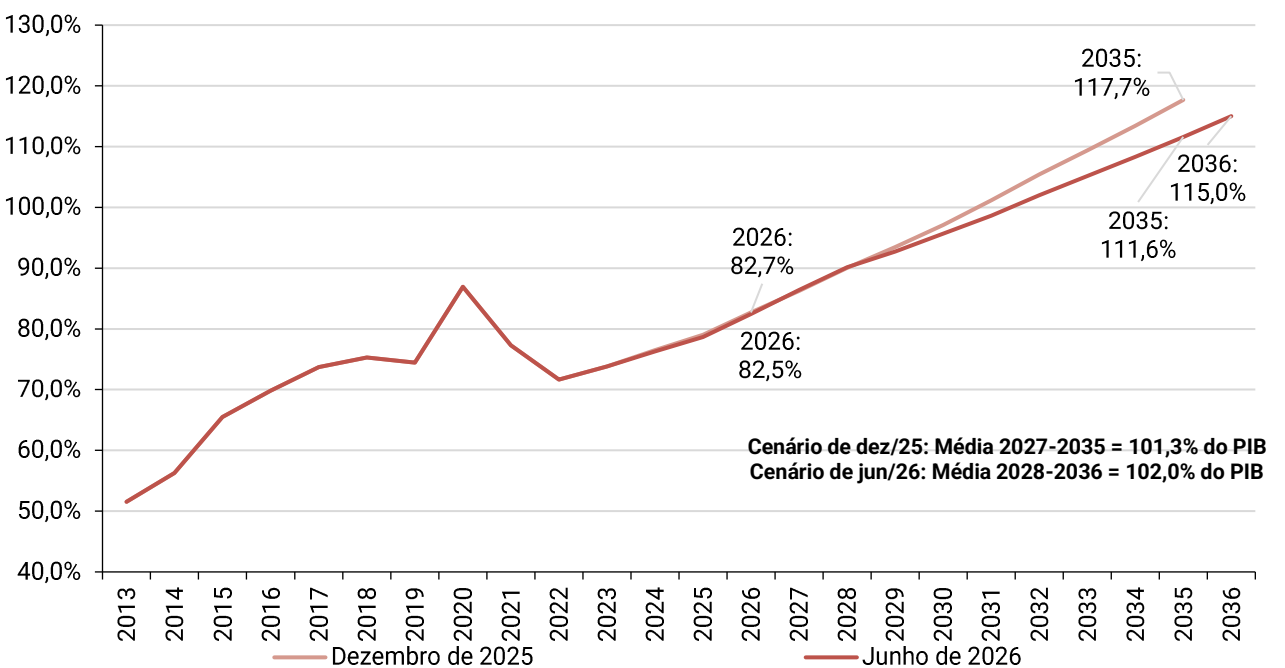
⁴⁹ Trata-se de uma estimativa feita pela IFI a partir das informações mais recentes do IBGE para as Contas Nacionais Trimestrais e do Banco Central.

mantêm a dívida bruta em trajetória ascendente no cenário base em todo o horizonte de projeção (2026-2036).

Projeções

Na revisão de cenários apresentada no já referenciado RAF nº 107, de dezembro de 2025, a IFI projetava a DBGG, indicador calculado pelo Banco Central, em 82,7% do PIB no fim de 2026. Agora, incorporadas as informações das Contas Nacionais Trimestrais do primeiro trimestre de 2026, a projeção para a DBGG caiu para 82,5% do PIB no fim deste ano (Gráfico 11)

GRÁFICO 10. PROJEÇÕES DA IFI PARA A DBGG EM MOMENTOS SELECIONADOS (2026-2036) - % DO PIB



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

Além da projeção para a DBGG em 2026, o Gráfico 11 apresenta a trajetória do endividamento bruto, no cenário base, até 2036, comparando com a tendência apresentada pela IFI em dezembro passado. A melhora na trajetória do endividamento ocorreu, como será visto adiante, em razão, principalmente, das projeções mais favoráveis para o resultado primário do setor público consolidado, que inclui o governo geral.

Considerando as estimativas de curto prazo, as projeções para o déficit primário do setor público mudaram marginalmente de dezembro para agora. A projeção da IFI era de déficit primário do setor público de 0,7% do PIB, em 2026, e de 1,3% do PIB em 2027. Agora, as estimativas são de déficit de 0,5% do PIB, neste ano, e de 0,7% do PIB em 2027. A redução na projeção para o déficit primário do governo central explica a melhora.

A projeção para a taxa real implícita da dívida bruta, em 2026, era de 8,0% a.a., em dezembro, diminuindo para 7,8% a.a. agora. Para 2027, a estimativa era de 6,7% a.a., em dezembro, passando a ser de 7,8% a.a. agora. Essa piora na estimativa para a taxa implícita, em 2027, acontece pela incorporação de novas informações do indicador e da expectativa de redução mais lenta dos juros básicos da economia no atual ciclo de afrouxamento da política monetária.

No médio prazo (de 2028 em diante), as projeções de resultado primário do setor público melhoraram na comparação com as estimativas de dezembro de 2025. A Tabela 12 apresenta um comparativo entre as projeções médias, para algumas variáveis que afetam a dinâmica do endividamento do setor público, nas revisões de cenário apresentadas pela IFI em dezembro passado e agora (junho de 2026).

TABELA 12. PRINCIPAIS PREMISSAS MACROECONÔMICAS E FISCAIS PARA OS CENÁRIOS DE DÍVIDA NO MÉDIO PRAZO - REVISÕES APRESENTADAS EM DEZ/25 (MÉDIA DE 2027 A 2035) E JUN/26 (MÉDIA DE 2028 A 2036), NO CENÁRIO BASE

Cenário base		
	dez/25	jun/26
Resultado primário (R\$ bilhões)	-321,7	-211,2
Resultado primário (% do PIB)	-1,7%	-1,1%
PIB nominal (R\$ bilhões)	18.102	19.628
Crescimento real do PIB (%)	2,2%	2,3%
Taxa implícita real da dívida (% a.a.)	5,2%	5,0%
Dívida bruta (% do PIB)	101,3%	102,0%

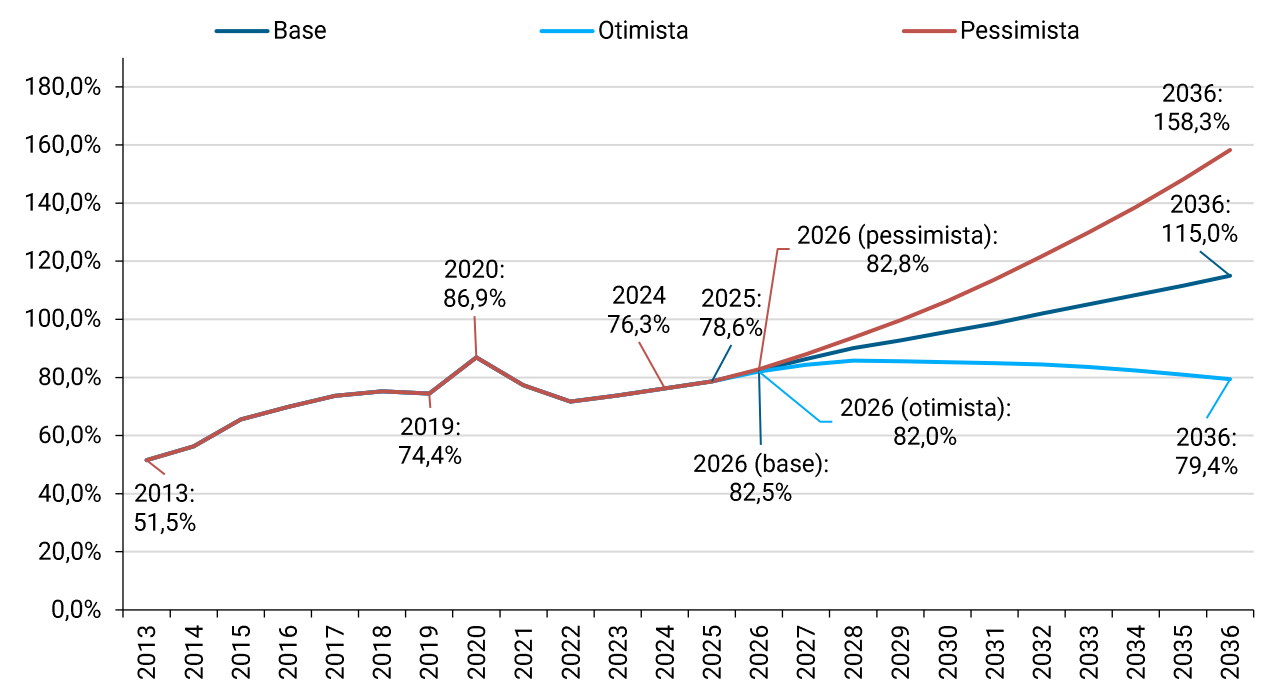
Fonte: IFI.

Conforme a Tabela 12, a média anual do déficit primário do setor público projetado pela IFI, em dezembro, era de 1,7% do PIB, projeção reduzida para 1,1% do PIB agora. Os juros reais implícitos da dívida caíram, de 5,2% a.a., em dezembro, para 5,0% a.a. agora. A dinâmica esperada para essas duas variáveis explica a melhora na trajetória esperada para a dívida bruta no horizonte de projeção considerado (2026 a 2036), com maior efeito do resultado primário.

Ainda que as estimativas consideradas para os déficits primários do setor público consolidado sejam menores nos próximos dez anos, na comparação com a última revisão de cenários da IFI, persistiria a ocorrência de déficits continuados nos próximos anos. O crescimento esperado para a dívida bruta no horizonte de projeção expõe os desafios para o cumprimento das metas de resultado primário do governo central ora fixadas nas diretrizes orçamentárias.

As metas se apoiam, fundamentalmente, na elevação das receitas primárias recorrentes, além do controle da despesa primária. Importante destacar os riscos ao crescimento projetado para a economia e as eventuais frustrações de algumas medidas pretendidas pelo Poder Executivo para aumentar a arrecadação nos próximos anos. A concretização de tais riscos pode afetar a confiança na sustentabilidade das contas públicas no médio e no longo prazo. O Gráfico 11 consolida as trajetórias esperadas para a DBGG, em proporção do PIB, nos três cenários de referência da IFI.

GRÁFICO 11. PROJEÇÕES DA IFI PARA A DBGG NOS DIFERENTES CENÁRIOS - % DO PIB



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

A Tabela 13 traz as projeções para a DBGG em percentual do PIB nos três cenários de médio prazo da IFI.

TABELA 13. PROJEÇÕES PARA A DBGG EM % DO PIB ATÉ 2036 – RAF DE DEZ/25 E ATUAL

Ano	Base		Otimista		Pessimista	
	dez/25	jun/26	dez/25	jun/26	dez/25	jun/26
2017	73,7%	73,7%	73,7%	73,7%	73,7%	73,7%
2018	75,3%	75,3%	75,3%	75,3%	75,3%	75,3%
2019	74,4%	74,4%	74,4%	74,4%	74,4%	74,4%
2020	86,9%	86,9%	86,9%	86,9%	86,9%	86,9%
2021	77,3%	77,3%	77,3%	77,3%	77,3%	77,3%
2022	71,7%	71,7%	71,7%	71,7%	71,7%	71,7%
2023	73,8%	73,8%	73,8%	73,8%	73,8%	73,8%
2024	76,3%	76,3%	76,3%	76,3%	76,3%	76,3%
2025	79,0%	78,6%	78,7%	78,6%	79,4%	78,6%

Ano	Base		Otimista		Pessimista	
	dez/25	jun/26	dez/25	jun/26	dez/25	jun/26
2026	82,7%	82,5%	80,7%	82,0%	86,0%	82,8%
2027	86,2%	86,4%	82,1%	84,4%	93,0%	88,0%
2028	90,1%	90,1%	83,3%	85,8%	99,7%	93,7%
2029	93,4%	92,7%	83,5%	85,6%	106,6%	99,6%
2030	97,1%	95,7%	83,6%	85,3%	114,4%	106,3%
2031	101,1%	98,6%	83,9%	84,9%	122,9%	113,6%
2032	105,4%	102,0%	84,2%	84,5%	132,2%	121,7%
2033	109,4%	105,2%	84,1%	83,5%	141,5%	129,9%
2034	113,5%	108,3%	83,8%	82,3%	151,5%	138,7%
2035	117,7%	111,6%	83,4%	80,9%	162,2%	148,1%
2036		115,0%		79,4%		158,3%

Fonte: Banco Central (dados realizados). Elaboração: IFI.

A Tabela 14 atualiza o exercício, sempre apresentado pela IFI, que ilustra o resultado primário anual requerido para estabilizar a DBGG como proporção do PIB. No exercício, considera-se a estabilização da dívida em 78,6% do PIB, nível observado em dezembro de 2025.

TABELA 14. RESULTADO PRIMÁRIO ANUAL REQUERIDO PARA ESTABILIZAR A DÍVIDA BRUTA EM 78,6% DO PIB (NÍVEL DE 2025)

DBGG em t		Juros Reais implícitos da DBGG						
78,6%		0,5%	1,0%	2,0%	3,5%	4,0%	4,5%	5,0%
PIB real (% a.a.)	0,5%	0,0%	0,4%	1,2%	2,3%	2,7%	3,1%	3,5%
	1,0%	-0,4%	0,0%	0,8%	1,9%	2,3%	2,7%	3,1%
	1,5%	-0,8%	-0,4%	0,4%	1,5%	1,9%	2,3%	2,7%
	2,0%	-1,2%	-0,8%	0,0%	1,2%	1,5%	1,9%	2,3%
	2,3%	-1,4%	-1,0%	-0,2%	0,9%	1,3%	1,7%	2,1%
	2,5%	-1,5%	-1,2%	-0,4%	0,8%	1,2%	1,5%	1,9%
	3,0%	-1,9%	-1,5%	-0,8%	0,4%	0,8%	1,1%	1,5%
	3,5%	-2,3%	-1,9%	-1,1%	0,0%	0,4%	0,8%	1,1%

Fonte: Elaboração: IFI.

A Tabela 14 evidencia o esforço necessário para estabilizar a dívida pública a partir das novas projeções macroeconômicas e fiscais da IFI. Considerando o nível de endividamento bruto observado no fim de 2025, 78,6% do PIB, seria necessário um superávit primário do setor público consolidado de 2,1% do PIB ao ano para estabilizar a dívida (com crescimento real médio da economia de 2,3% e juros reais implícitos de 5,0% a.a.). Em dezembro passado, o primário requerido calculado pela IFI para estabilizar a dívida era de 2,3% do PIB.

Ou seja, os juros reais implícitos ligeiramente menores e o déficit primário menor reduzem o esforço necessário para estabilizar a dívida bruta em proporção do PIB.

O exercício reproduzido na Tabela 14 indica o resultado primário necessário para estabilizar a dívida para diferentes níveis de crescimento econômico e de taxa de juros. Por exemplo, maior crescimento econômico diminui os valores do resultado primário necessários para estabilizar a dívida. Na hipótese de juros reais em 2,0% a.a. e de crescimento do PIB de 3,5% a.a., até mesmo um déficit primário de 0,8% do PIB estabilizaria a dívida bruta no nível observado em dezembro de 2025 (78,6% do PIB).

Por fim, a Tabela 15 apresenta as projeções para os resultados primário e nominal, além da despesa de juros, nos três cenários de referência. As projeções indicam a persistência de déficits nominais expressivos, em razão da despesa de juros relativamente elevada. Mesmo no cenário otimista, o setor público registra déficits primários (e nominais) em todo o horizonte de projeção.

TABELA 15. RESULTADO NOMINAL, PRIMÁRIO E DESPESA DE JUROS DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO (% DO PIB)

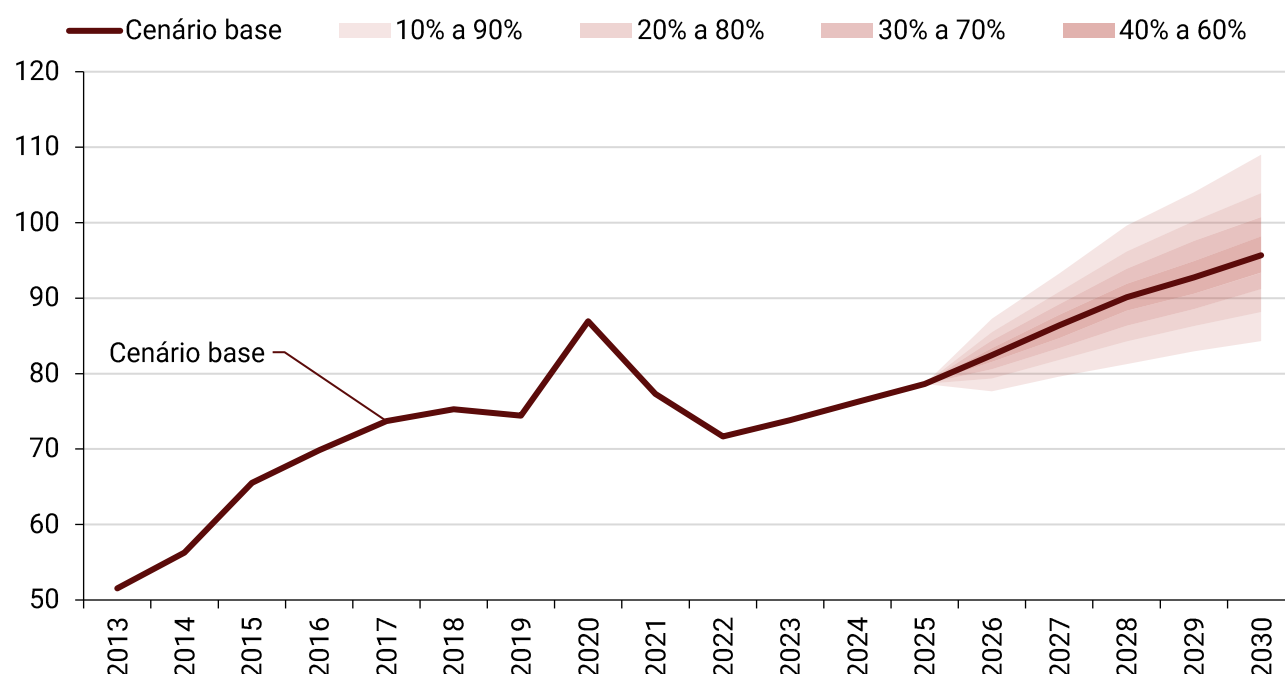
Ano	Base			Otimista			Pessimista		
	Resultado nominal	Resultado primário	Juros	Resultado nominal	Resultado primário	Juros	Resultado nominal	Resultado primário	Juros
2018	-7,0%	-1,5%	5,4%	-7,0%	-1,5%	5,4%	-7,0%	-1,5%	5,4%
2019	-5,8%	-0,8%	5,0%	-5,8%	-0,8%	5,0%	-5,8%	-0,8%	5,0%
2020	-13,3%	-9,2%	4,1%	-13,3%	-9,2%	4,1%	-13,3%	-9,2%	4,1%
2021	-4,3%	0,7%	5,0%	-4,3%	0,7%	5,0%	-4,3%	0,7%	5,0%
2022	-4,6%	1,2%	5,8%	-4,6%	1,2%	5,8%	-4,6%	1,2%	5,8%
2023	-8,8%	-2,3%	6,6%	-8,8%	-2,3%	6,6%	-8,8%	-2,3%	6,6%
2024	-8,5%	-0,4%	8,1%	-8,5%	-0,4%	8,1%	-8,5%	-0,4%	8,1%
2025	-8,3%	-0,4%	7,9%	-8,3%	-0,4%	7,9%	-8,3%	-0,4%	7,9%
2026	-9,0%	-0,5%	8,5%	-8,8%	-0,5%	8,3%	-9,3%	-0,7%	8,6%
2027	-9,2%	-0,7%	8,5%	-7,9%	-0,3%	7,6%	-9,9%	-1,1%	8,8%
2028	-8,6%	-0,6%	8,0%	-6,7%	0,1%	6,8%	-9,8%	-1,4%	8,4%
2029	-7,7%	-0,8%	6,8%	-5,4%	0,2%	5,6%	-10,5%	-1,8%	8,7%
2030	-7,9%	-1,1%	6,8%	-5,1%	0,2%	5,3%	-11,2%	-2,2%	9,0%
2031	-7,8%	-1,2%	6,6%	-4,7%	0,4%	5,0%	-12,0%	-2,6%	9,4%
2032	-7,8%	-1,4%	6,4%	-4,3%	0,4%	4,7%	-12,9%	-3,0%	9,9%
2033	-7,5%	-1,2%	6,4%	-3,6%	0,9%	4,4%	-13,4%	-3,0%	10,4%
2034	-7,4%	-1,1%	6,4%	-2,8%	1,1%	3,9%	-14,3%	-3,1%	11,2%
2035	-7,3%	-1,1%	6,3%	-2,3%	1,4%	3,7%	-15,1%	-3,4%	11,8%
2036	-7,3%	-1,1%	6,2%	-2,0%	1,5%	3,5%	-16,1%	-3,7%	12,5%

Fonte: IFI.

Cenários estocásticos para a dívida

As análises acima podem ser complementadas com a simulação de 1.500 cenários alternativos (estocásticos) ao redor do cenário base. Esse exercício⁵⁰ permite mensurar o risco de materialização de trajetórias para a dívida que se desviem da projeção central. O Gráfico 12, a seguir, apresenta faixas de probabilidade até 2030⁵¹.

GRÁFICO 12. CENÁRIO BASE E CENÁRIOS ESTOCÁSTICOS (FAN CHART) PARA A DBGG (% PIB)



Fonte: IFI. Nota explicativa: os valores no eixo esquerdo indicam o percentual que a DBGG representa do PIB. Os percentuais indicados na legenda indicam faixas de probabilidade que se sobrepõem visualmente, de fora para dentro. Por exemplo, 20% dos valores simulados situam-se na faixa central, com rótulo "40% a 60%" (pois $60 - 40 = 20$). Ou ainda, 80% dos valores situam-se na faixa mais externa, com rótulo "10% a 90%" (pois $90 - 10 = 80$).

A Tabela 16 indica que a probabilidade de a DBGG ultrapassar 90% do PIB, em algum ano entre 2026 e 2030, é de 78,9%. A análise anual mostra que o risco de a DBGG se situar acima desse patamar aumenta ao longo do horizonte de projeção, superando 50% em 2028.

⁵⁰ Para explicações sobre a metodologia, confira o Estudo Especial nº 18 e a Nota Técnica nº 54, publicados pela IFI, disponíveis em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/645203/EE18.pdf> e https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/651183/NT54_Sensibilidade_cenarios_estocasticos_divida.pdf.

⁵¹ As probabilidades não são calculadas para além de cinco anos à frente, conforme explicado no EE 18, pg. 45: "A explicação para se restringir a simulação a um horizonte mais curto é que os cenários estocásticos deixam de ser realistas em horizontes longos. Em outras palavras, a largura do *fan chart* se torna grande a ponto de perder utilidade analítica."

TABELA 16. ESTIMATIVAS DE PROBABILIDADE

Probabilidade					
Geral					
Probabilidade de que a DBGG cruzará o limiar dos 90% do PIB em algum ano entre 2026 e 2030				78,9%	
Anual					
	2026	2027	2028	2029	2030
Probabilidade de que a DBGG estará acima de 90% do PIB, em cada ano	1,9%	25,5%	50,8%	62,4%	75,0%

Elaboração: IFI.

- Nota de interpretação: tanto no caso “geral” quanto no “anual”, as probabilidades incluem situações em que a DBGG está acima dos 90% em um ano, sendo que cruzou os 90% em algum ano anterior. Também inclui situações em que a DBGG cai abaixo dos 90%, mesmo após ter ficado acima desse limiar em anos anteriores.

- Nota matemática: sendo D_t a razão dívida/PIB em t , a probabilidade “geral” é dada por $1 - P(D_{2026} \leq 0,9, D_{2027} \leq 0,9, D_{2028} \leq 0,9, D_{2029} \leq 0,9, D_{2030} \leq 0,9)$.

As probabilidades “anuais” são dadas por $P(D_{2026} > 0,9)$, $P(D_{2027} > 0,9)$, $P(D_{2028} > 0,9)$, $P(D_{2029} > 0,9)$ e $P(D_{2030} > 0,9)$.

Ou seja, a probabilidade “geral” é calculada a partir da distribuição conjunta, ao passo que as “anuais” são calculadas a partir das distribuições marginais.

Uma medida sintética da incerteza em torno do cenário base é a largura do *fan chart*, definida como a diferença entre os percentis 90 e 10 da distribuição das trajetórias simuladas para a DBGG. Na presente edição, ao fim do horizonte de simulação (2030), essa largura situa-se em aproximadamente 24,7 p.p. do PIB.

A largura do *fan chart* também permite realizar um teste de plausibilidade para os cenários determinísticos otimista e pessimista apresentados anteriormente neste relatório. Se tais cenários se situarem próximos aos limites inferior e superior do *fan chart* em 2030 — correspondentes aos percentis 10 e 90 da distribuição — entende-se que são compatíveis com a volatilidade histórica recente das variáveis macrofiscais brasileiras.

Nesse sentido, a DBGG projetada para 2030 no cenário determinístico otimista, de 85,3% do PIB, encontra-se próxima ao limite inferior do *fan chart* no mesmo ano, estimado em 84,3% do PIB. No cenário pessimista, a razão dívida/PIB atinge 106,3% do PIB em 2030, situando-se ligeiramente abaixo do limite superior do *fan chart*, estimado em 109,1% do PIB. Ambos os cenários determinísticos se situam, portanto, dentro do intervalo de confiança de 10% a 90% estimado pelos cenários estocásticos, o que reforça sua plausibilidade frente à volatilidade histórica recente das variáveis macrofiscais brasileiras.

TABELA 17. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO BASE (% DO PIB)

Discriminação	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036
Receita Bruta	22,8	23,6	23,4	23,4	23,3	23,1	23,0	23,0	23,0	22,9	22,9	22,9
Transferências por repartição de receita a E&M	4,5	4,8	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6
Receita Líquida	18,3	18,9	18,7	18,8	18,7	18,5	18,5	18,4	18,4	18,4	18,4	18,3
Despesa Primária	18,8	19,2	19,3	19,4	19,5	19,6	19,7	19,9	19,6	19,5	19,4	19,4
Obrigatória	17,2	17,6	17,7	17,7	17,9	18,0	18,2	18,3	18,1	18,0	17,9	18,0
Benefícios previdenciários	8,1	8,3	8,5	8,6	8,7	8,8	8,8	8,9	8,9	9,0	9,0	9,1
Pessoal e encargos sociais	3,2	3,2	3,1	3,1	3,0	3,0	2,9	2,8	2,8	2,7	2,7	2,6
Benefícios de prestação continuada	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4
Abono salarial e seguro desemprego	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Complementação da União ao Fundeb	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Fundo Constitucional do DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lei Kandir	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais - FCBF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,3	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0
Fundo de Desenvolvimento Regional - FNDR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3
Subsídios, subvenções e proagro	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Benefícios a servidores	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Saúde (obrigatória)	1,3	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Educação (obrigatória)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros poderes (custeio e capital)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Crédito extraordinário	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa Bolsa Família	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9
Outras despesas obrigatórias	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Despesas discricionárias	1,6	1,7	1,7	1,6	1,6	1,6	1,6	1,5	1,5	1,5	1,5	1,4
Resultado primário	-0,5	-0,4	-0,6	-0,6	-0,8	-1,1	-1,2	-1,4	-1,2	-1,1	-1,1	-1,1
Memo:												
PIB nominal (R\$ bilhões)	12.738,6	13.667,1	14.533,4	15.457,7	16.361,0	17.320,9	18.336,0	19.413,5	20.563,6	21.772,7	23.043,8	24.379,9

TABELA 18. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO OTIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036
Receita Bruta	22,8	23,6	23,5	23,6	23,7	23,6	23,6	23,6	23,6	23,6	23,6	23,6
Transferências por repartição de receita a E&M	4,5	4,8	4,7	4,7	4,7	4,7	4,7	4,7	4,7	4,7	4,7	4,7
Receita Líquida	18,3	18,9	18,9	18,9	19,0	18,9	19,0	18,9	18,9	18,9	18,9	18,9
Despesa Primária	18,8	19,2	19,1	18,9	18,8	18,8	18,7	18,6	18,2	17,9	17,6	17,4
Obrigatória	17,2	17,5	17,4	17,3	17,3	17,2	17,2	17,1	16,7	16,4	16,2	16,0
Benefícios previdenciários	8,1	8,3	8,5	8,5	8,4	8,4	8,3	8,3	8,2	8,1	8,1	8,0
Pessoal e encargos sociais	3,2	3,2	3,1	3,0	2,9	2,8	2,7	2,6	2,5	2,4	2,3	2,3
Benefícios de prestação continuada	1,0	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,3
Abono salarial e seguro desemprego	0,7	0,7	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Complementação da União ao Fundeb	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Fundo Constitucional do DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lei Kandir	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais - FCBF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,3	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0
Fundo de Desenvolvimento Regional - FNDR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3
Subsídios, subvenções e proagro	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Benefícios a servidores	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Saúde (obrigatória)	1,3	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4
Educação (obrigatória)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros poderes (custeio e capital)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Crédito extraordinário	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa Bolsa Família	1,2	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8
Outras despesas obrigatórias	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Despesas discricionárias	1,6	1,7	1,6	1,6	1,6	1,6	1,5	1,5	1,5	1,4	1,4	1,4
Resultado primário	-0,5	-0,4	-0,2	0,0	0,1	0,1	0,3	0,3	0,8	1,0	1,3	1,4

Memo:

PIB nominal (R\$ bilhões)	12.738,6	13.707,8	14.621,4	15.655,1	16.743,3	17.916,1	19.172,1	20.522,0	21.979,7	23.534,6	25.193,0	26.961,8
---------------------------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------

TABELA 19. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO PESSIMISTA (% DO PIB)												
Discriminação	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036
Receita Bruta	22,8	23,9	23,8	24,1	24,3	24,4	24,6	24,8	24,9	25,0	25,2	25,4
Transferências por repartição de receita a E&M	4,5	4,8	4,7	4,8	4,8	4,8	4,9	4,9	4,9	4,9	5,0	5,0
Receita Líquida	18,3	19,0	19,1	19,3	19,5	19,6	19,8	19,9	20,0	20,1	20,2	20,3
Despesa Primária	18,8	19,4	19,6	19,9	20,1	20,4	20,7	21,1	20,9	21,0	21,1	21,3
Obrigatória	17,2	17,7	18,0	18,2	18,5	18,8	19,1	19,5	19,4	19,4	19,6	19,8
Benefícios previdenciários	8,1	8,4	8,7	8,9	9,0	9,1	9,3	9,4	9,5	9,6	9,7	9,9
Pessoal e encargos sociais	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,1	3,1	3,1
Benefícios de prestação continuada	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4	1,5	1,5
Abono salarial e seguro desemprego	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0
Complementação da União ao Fundeb	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Fundo Constitucional do DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lei Kandir	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais - FCBF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,3	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0
Fundo de Desenvolvimento Regional - FNDR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Subsídios, subvenções e proagro	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Benefícios a servidores	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Saúde (obrigatória)	1,3	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Educação (obrigatória)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros poderes (custeio e capital)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1
Crédito extraordinário	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa Bolsa Família	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0
Outras despesas obrigatórias	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Despesas discricionárias	1,6	1,7	1,7	1,7	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,5	1,5	1,5
Resultado primário	-0,5	-0,4	-0,5	-0,5	-0,6	-0,9	-1,0	-1,2	-1,0	-0,9	-0,9	-0,9
Memo:												
PIB nominal (R\$ bilhões)	12.738,6	13.578,3	14.413,6	15.345,6	16.299,5	17.315,1	18.400,8	19.564,1	20.816,1	22.143,8	23.551,4	25.043,2

PROJEÇÕES DA IFI

CURTO PRAZO

Projeções da IFI	2026			2027		
	Mai/26	Jun/26	Comparação	Mai/26	Jun/26	Comparação
PIB – crescimento real (% a.a.)	1,7	2,0	▲	2,0	1,8	▼
PIB – nominal (R\$ bilhões)	13.432,1	13.667,1	▲	14.244,8	14.533,4	▲
IPCA – acum. (% no ano)	3,9	5,0	▲	3,5	4,0	▲
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,5	5,2	▼	5,5	5,2	▼
Ocupação - crescimento (%)	0,8	1,1	▲	0,5	0,7	▲
Massa salarial - crescimento (%)	3,6	5,1	▲	2,7	3,4	▲
Selic – fim de período (% a.a.)	12,0	14,0	▲	10,5	12,0	▲
Juros reais ex-ante (% a.a.)	7,0	7,5	▲	6,2	5,5	▼
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	-0,7	-0,5	▲	-1,3	-0,7	▲
dos quais Governo Central	-0,7	-0,4	▲	-1,3	-0,6	▲
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	7,9	8,6	▲	7,5	8,5	▲
Resultado Nominal (% do PIB)	-8,6	-9,0	▼	-8,8	-9,2	▼
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	82,7	82,5	▼	86,2	86,4	▲

MÉDIO PRAZO

	Projeções											
	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036
PIB – crescimento real (% a.a.)	2,29	2,03	1,79	2,27	2,26	2,29	2,28	2,30	2,34	2,30	2,26	2,22
PIB – nominal (R\$ bilhões)	12.739	13.667	14.533	15.458	16.361	17.321	18.336	19.414	20.564	21.773	23.044	24.380
IPCA – acum. (% no ano)	4,26	4,97	4,00	3,50	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,50	5,18	5,23	5,31	5,36	5,41	5,47	5,52	5,58	5,63	5,69	5,75
Ocupação - crescimento (%)	1,79	1,10	0,71	0,91	1,04	0,95	0,82	0,74	0,72	0,67	0,62	0,58
Massa salarial - crescimento (%)	6,07	5,14	3,41	2,27	2,26	2,29	2,28	2,30	2,34	2,30	2,26	2,22
Selic – fim de período (% a.a.)	15,00	14,00	12,00	10,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
Juros reais ex-ante (% a.a.)	8,16	7,49	5,45	5,22	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	-0,43	-0,48	-0,65	-0,65	-0,81	-1,11	-1,23	-1,41	-1,15	-1,07	-1,05	-1,08
dos quais Governo Central	-0,46	-0,38	-0,59	-0,60	-0,81	-1,11	-1,23	-1,41	-1,15	-1,07	-1,05	-1,08
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	7,91	8,55	8,54	7,99	6,84	6,76	6,61	6,37	6,39	6,38	6,28	6,22
Resultado Nominal (% do PIB)	-8,34	-9,03	-9,19	-8,64	-7,65	-7,87	-7,85	-7,78	-7,54	-7,45	-7,33	-7,31
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	78,6	82,5	86,4	90,1	92,7	95,7	98,6	102,0	105,2	108,3	111,6	115,0

